

As políticas públicas para o MST na pauta da mídia tradicional brasileira: o cenário atual e elementos para reflexão

Fábio Souza da Cruz ¹ Rafael Varela ²

RESUMO

Neste texto, apresentamos uma reflexão em torno do papel da mídia tradicional brasileira com relação à questão das políticas públicas no Brasil. Mais especificamente, trabalhamos esta temática junto ao MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). Abordamos conceitos e desdobramentos sobre as políticas sociais, passando por considerações sobre o papel do Estado e da sociedade nesta atual conjuntura. Logo após, traçamos um perfil histórico da relação do MST com o poder. Em seguida, trabalhamos a mídia em tempos de globalização, ao mesmo tempo em que apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos deste texto, a saber: Douglas Kellner (2001) e Jesús Martín-Barbero (1997). Posterior a esse momento, procuramos lançar elementos para a reflexão em torno do papel da mídia com relação às políticas sociais para o MST. De posse do material analisado e levando em conta também estudos anteriores, pretendemos detectar tendências com base nos elementos trabalhados ao longo deste texto.

Palavras-chave

Jornalismo; movimentos sociais; cultura da mídia; políticas sociais.

ABSTRACT

In this text we present afterthoughts around the role of the Brazilian traditional media with respect to the public policy in Brazil. Scilicet, we worked this topic closely to the Landless Worker's Movement (MST – Movimento dos Sem-Terra). We approached concepts and outcomes from the social policies passing through considerations about the role of the Government and Society in this current conjecture. Following that approach, we outlined a historical profile of the relationship between MST and power. Then we worked with the media in the context of globalization times, while we presented the theoretical-methodological assumptions of this text as follows: Douglas Kellner (2001) and Jesús Martín-Barbero (1997). After this moment we presented elements for afterthoughts of the role of the media we respect to the social policies for the MST. With the analyzed material and considering previous studies as well, we intend to detect tendencies based on the elements analyzed in this text.

Keywords

Journalism; social movements; media culture; public policy.

INTRODUÇÃO

Neste texto, apresentamos uma reflexão em torno do papel da mídia tradicional brasileira com relação à questão das políticas públicas no Brasil. Mais especificamente,

trabalharemos esta temática junto ao MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). De antemão, é necessário deixarmos claro que esta investigação parte do princípio de que tanto as políticas públicas quanto o MST – ou, ainda, os dois juntos – não se amoldam aos atuais parâmetros midiáticos.

Convictos desse cenário, primeiramente, abordaremos conceitos e desdobramentos sobre as políticas sociais, passando por considerações sobre o papel do Estado e da sociedade nesta atual conjuntura. Logo após, traçaremos um perfil histórico da relação do MST com o poder. Em linhas gerais, vale ressaltar que esse movimento social consiste em uma organização formada basicamente por agricultores do meio rural, que surge nos anos de 1980, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná. Insatisfeitos com os rumos das políticas para o homem do campo, os integrantes do Movimento, oriundos das mais diversas partes deste mosaico social que é o Brasil, emergem, assim, como novos atores na luta pela terra, para trabalhar, reivindicando a implantação de uma reforma agrária digna e justa.

Em seguida, trabalharemos a mídia em tempos de globalização, ao mesmo tempo em que apresentaremos os pressupostos teórico-metodológicos deste texto. Posterior a esse momento, chegaremos, então, ao nosso principal desafio: lançar elementos para a reflexão em torno do papel da mídia e dos seus desafios daqui para frente.

Ressaltamos, ainda, que, nesta investigação, não temos como meta principal a generalização de resultados a partir de uma pesquisa bibliográfica. De posse do material analisado e levando em conta também estudos anteriores, pretendemos detectar tendências com base nos elementos trabalhados ao longo deste texto.

1. A Relação Política Social versus Estrutura Social

Política social e estrutura social apresentam uma relação bidirecional. Segundo Adelantado, Noguera e Rambla (2000), esta interação que, até bem pouco tempo, era investigada de forma separada, consiste, na verdade, em um tema complexo. A essas temáticas cercam-se também contradições que não são capazes de serem contempladas por uma análise objetiva e única. Quando se fala em estrutura social – observam os

autores – é preciso levar em consideração os fenômenos sociais, assim como “los efectos de las acciones sociales acumulados en el largo plazo adquieren configuraciones muy consistentes, tanto que a veces parece que funcionen por inercia propia, o como una segunda naturaleza” (2000:26-27).

Um dos papéis das políticas sociais nas sociedades capitalistas avançadas seria o de contribuir com os processos de estruturação e configuração dessas sociedades. Em sentido estrito ou reduzido, a concepção de estrutura social estaria ligada à estrutura de classes – no sentido marxista ou weberiano. Em sentido amplo, a estrutura social seria a organização social em geral (família, religião, trabalho etc.). Esta análise está ligada ao campo sociológico clássico e ao funcionalismo estrutural.

Uma alternativa que abarcaria um significado mais amplo para a compreensão da estrutura social seria a adoção de uma concepção mista, sugerem Adelantado, Noguera e Rambla (2000). Nesta, estrutura social seria a configuração de instituições onde sujeitos vivem de forma desigual em um lugar e momento determinado e em que estão implicados esferas, desigualdades e atores.

Alguns autores apresentam definições diferentes para estrutura social, como Habermas, Santos e Bourdieu (citados por Adelantado, Noguera e Rambla. 2000). Este, por exemplo, defende a tese de que a estrutura social se divide em vários campos e é atravessada por tensões internas. Já Santos distingue estrutura social levando em conta os contextos doméstico e cívico. Para Habermas, é preciso separar as esferas do mundo da vida (a vida privada e a opinião pública) e os subsistemas (econômico e administrativo).

De acordo com Adelantado, Noguera e Rambla (2000), as desigualdades sociais que acometem as populações das sociedades capitalistas operam em quatro esferas: mercantil, estatal, doméstico-familiar e relacional. A esfera doméstico-familiar está relacionada à visão machista que associa o trabalho/função da mulher às tarefas domésticas. Na esfera estatal, está compreendido o Estado e seu poder coercitivo, bem como as normas impostas por esta instituição. Segundo os autores, tal esfera é decisiva na organização da desigualdade social e contribui fundamentalmente “en el conflicto distributivo (impuestos, legislación económica, presupuestos, políticas públicas) y en la

reproducción simbólica de las jerarquías sociales” (2000:36). Essa esfera é responsável por condicionar e até definir as diretrizes de outras esferas, segundo Offe (citado por Adelantado, Noguera e Rambla. 2000). Por fim, a esfera relacional tem relação direta com interesses tanto no campo individual quanto no campo grupal. Neste, cabe-nos destacar a distinção entre sub-esfera associativa e sub-esfera comunitária: a primeira está voltada para os espaços institucionais e de influência a respeito de outras esferas, como a estatal ou mercantil. A segunda, a espaços de interação com a comunidade.

Para analisar a formação das políticas sociais, observam Adelantado, Noguera e Rambla (2000) que é preciso levar em consideração três fatores: sujeito de direitos (cidadania), ou seja, a forma com que estes se apresentam e são colocados em prática em cada sociedade podem acabar suscitando desigualdades sociais; as diferenças de posições a respeito da estrutura administrativa do Estado; e, finalmente, a desigualdade de capacidades associativas, que trará conseqüências sobre os atores coletivos no que diz respeito ao campo das relações. Podemos entender como atores coletivos todas as pessoas ou aquelas envolvidas no processo de desenvolvimento da(s) política(s) social(s). Esses grupos de atores determinam a lógica estrutural da esfera que os irão representar. Uma associação de professores é um exemplo. Todas essas associações têm seus interesses em particular e acabam influenciando de uma forma ou de outra as práticas sociais.

As concepções acerca da questão da influência, por vezes, podem parecer exageradas. Uma das mais difundidas, segundo Adelantado, Noguera e Rambla (2000), é a de que a política tem, entre seus atributos, o papel de corrigir e mediar os efeitos negativos e/ou perversos da economia – como benfeitora e responsável por modificar práticas que contribuem para acirrar ainda mais as desigualdades sociais.

1.1 O Estado e a Sociedade na Política Social

Começamos este sub-capítulo discorrendo sobre o conceito (ou um dos conceitos) de cidadania. Para Demo (1993), este está arraigado, de certa forma, ao conservadorismo. A noção de cidadania, segundo o autor, estaria ligada a pessoas abastadas; com maior poder aquisitivo. Em segundo lugar, diz respeito ao efeito dos desiguais, que são

guiados a níveis de consumo, em que se obtêm efeitos altamente conservadores para o sistema. Aqui, um dos desafios seria problematizar a presença do Estado na política social não levando em conta o tamanho do Estado, mas a capacidade e o papel do cidadão enquanto ator social capaz de interferir neste Estado; reorganizá-lo; transformá-lo.

O Estado, para Demo (1993), teria sua definição voltada para o capitalismo liberal; aquele que está a serviço da iniciativa privada. Nos tempos atuais, o capitalismo global – ou neoliberalismo – acaba agravando as contradições sociais em todos os setores e isso se dá mais fortemente nas populações mais pobres do planeta. Tal definição vai ao encontro da idéia de que vivemos a era do capitalismo selvagem, com suas peculiaridades características tais como salários-mínimos degradantes, desrespeito à legislação trabalhista e lucros desmesurados.

Seguindo essa linha de pensamento, observamos uma descentralização da mão-de-obra humana. Um carro, por exemplo, é constituído em vários países onde a mão-de-obra é mais barata. Assim, nesta realidade, há uma redução do emprego regular: os trabalhadores “perpétuos” são substituídos pelos temporários, informais, subcontratados, o que acaba ocasionando também o enfraquecimento dos sindicatos (Harvey.1992). Esse cenário sugere uma imensa fábrica, a “fábrica global” de Ianni (1995, 1997). Nesta “fábrica”, marcada pela flexibilidade, “a vida de trabalho está saturada de incertezas” (Bauman.2001:169), ou seja, ao contrário dos tempos de outrora, agora, a estabilidade dos empregados não é mais assegurada.

Por outro lado, tal situação corre o risco de estar enganando quem aposta na concepção de que o Estado não pode ser alterado. O Estado não tem fim em si mesmo. Depende da capacidade de mobilização da sociedade que o mantém. Entretanto, essa realidade não consiste em um processo fácil de ser modificado, já que a “aparição” do Estado é marcada pelo surgimento de um Estado Decorrente, Não-Fundante – onde se fazem valer acúmulos de direitos adquiridos pela(s) elite(s) (cúpulas), que têm, pelo que se percebe, intensificado seu invólucro de proteção.

No Brasil, por exemplo, cita Demo (1993), o Estado acaba servindo como tábua de salvação em meio a um serviço público que se mostra ineficiente, o qual está repleto de

repartições públicas “inchadas” e que atuam de maneira burocrática. Situação pior que esta – e decorrente – é a pobreza do povo; flagelo que cresce a centenas de anos, sob “políticas sociais” que não passam, na prática, de medidas paliativas. Neste sentido, o nosso País é cenário recorrente de tais medidas, que parecem surtir pouco efeito – para não dizer inexpressivo – já que não influem no cerne das mazelas sociais.

Já em termos de políticas sociais para os movimentos sociais, percebemos que essas acabam consistindo em um processo complexo e aparentemente – ou não – contraditório: ao mesmo tempo em que fortalecem, as políticas sociais também amenizam as desigualdades ocasionadas pelo modelo econômico vigente. Segundo Adelantado, Noguera e Rambla (2000:25), “a política social não somente compensa ou reduz as desigualdades originadas em outros âmbitos, como também podem reproduzi-las, aumentá-las (...)”. E os mesmos autores acrescentam: “as políticas sociais seriam, portanto, um dos fatores primordiais que contribuem ao processo de estruturação das sociedades do capitalismo avançado: surgem da estrutura social ao mesmo tempo em que contribuem a configurar a mesma” (2000:27).

No que tange às políticas sociais realizadas pelo Estado para os movimentos sociais e, mais especificamente, para um dos pilares deste estudo – o MST –, julgamos ser pertinente, neste momento, traçar um breve histórico dessa relação. Sendo assim, em seu primeiro discurso, na madrugada de 22 de abril de 1985, logo após o falecimento de Tancredo Neves, dentre outras medidas, José Sarney (1985-1989) promete implantar a reforma agrária no País, o que não ocorre. Além disso, o que se viu ao longo do seu mandato foi uma inflação exorbitante e o aumento do custo de vida e do desemprego (Duarte.1996). Esse governo marca um período de ocupações de sedes do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.), além de uma série de desapropriações e assentamentos.³

Mais tarde, em 1989, com a vitória de Fernando Collor de Melo (PRN–Partido da Reconstrução Nacional) sobre Luiz Inácio Lula da Silva (PT–Partido dos Trabalhadores), o que se seguiu a partir de sua posse, em 15 de março de 1991, foi um governo marcado pela corrupção, o que resultaria no processo de *impeachment* do presidente. A eleição de Collor indicaria um futuro difícil para o MST. O presidente eleito entra para a história como o que menos assentou famílias. Pelo contrário, foi

quem mais reprimiu o Movimento, com invasões da polícia federal a secretarias estaduais do MST, acarretando roubo de documentos, além de processos judiciais e pedidos de prisão contra membros do Movimento. Com o *impeachment*, assume, então, o vice, o mineiro Itamar Franco (1992-1994), que, dentre os presidentes da república, foi o primeiro a receber o MST.

Como presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), assentou milhares de famílias, mas, no entanto, a política neoliberal de seu governo promoveu a pobreza no campo o que, entre outros fatores, acabou engrossando os chamados cinturões de miséria no meio urbano⁴. Por fim, a esperança de novos rumos para o MST surge através da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em outubro de 2002. Apesar dos esforços do governo do novo presidente brasileiro, o que se seguiu foi uma política social que, comparada ao momento anterior, teve poucas mudanças significativas, o que gerou frustração por parte dos Sem-Terra.

Assim, em um cenário agravado por um passado que nunca deixou de existir – e que, portanto, ainda rosna –, o de quase total descaso com relação aos direitos dos cidadãos⁵, o MST tenta superar velhos hábitos e formas de tratamento para com os trabalhadores e, neste caso específico, os pequenos agricultores rurais. Neste sentido, sua batalha de lutas e as constantes pressões junto ao poder fazem-se presentes. No entanto, “décadas de clientelismo consolidaram uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dessas classes em nossa sociedade” (Yasbek.2001:37).

Destarte, em tal realidade, geralmente, a relação entre o MST e o Estado “evoca o passado, quando era concebida como caso de política, ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas (...)” (Iamamoto, 2001:17). No entanto, a luta do MST contra esse cenário assimétrico é, ou silenciada, ou tratada de forma nem sempre adequada pela mídia, nosso próximo tópico.

2. A centralidade da mídia: delineamentos teórico-metodológicos da pesquisa

Neste início de século XXI, vivenciamos a consagração definitiva dos meios de comunicação como os principais agentes de mediação da sociedade. Esta forma dominante de cultura corrobora para um fortalecimento das relações sociais ao mesmo tempo em que fornece elementos de homogeneização das identidades. Através de textos e imagens, boa parte da mídia modela uma visão de mundo que vai ao encontro dos ditames apresentados pela globalização.⁶

Considerando essas colocações, a cultura promovida pelos meios de comunicação é industrial, encaixa-se nas premissas desenvolvidas pelos estudiosos da Escola de Frankfurt⁷ como, por exemplo, Theodor Adorno e Max Horkheimer. Neste sentido, a mídia constrói mitos e estereótipos, sugere regras, modas e hábitos. Por trás deste véu sedutor, busca audiência e, conseqüentemente, lucros cada vez maiores. Para isso, lança mão de uma mistura de elementos oficiais com outros artifícios nem sempre palatáveis como, por exemplo, o *fait divers*.⁸

Através desse cenário, a cultura da mídia – sobretudo a da televisão – passa à frente de outras instituições como a família, a escola e a igreja. De acordo com Orozco Gómez (1990:9):

“na medida em que a televisão propõe uma série de significações e sentidos, legitima discursos, propaga informação, inclui e exclui a seu parecer sujeitos e acontecimentos, estimula emoções, provoca reações afetivas, induz ao consumo, motiva a tomar determinadas posições intelectuais, dissemina opiniões e serve em geral como fonte de aprendizagem e objeto de polêmica e de juízo, uma vez que desafia e compete com as tradicionais instituições sociais, como a escola e a família; a televisão se instaura no umbral do novo milênio como a grande indústria cultural do futuro”.

Ao adquirir caráter centralizador na atualidade, a mídia tradicional – e, em especial, a televisão, principalmente através do gênero telejornalismo⁹ – atua em compasso com as forças hegemônicas da sociedade. Não obstante, percebemos que a ideologia¹⁰ transmitida nesse caso “é [geralmente] a do branco masculino, ocidental, de classe média ou superior; são as posições que vêm raças, classes, grupos e sexos diferentes dos seus como secundários, derivativos, inferiores e subservientes”. Assim, os meios de comunicação consistem no aparelho responsável pela promoção simbólica de uma nítida separação entre atores “dominantes/dominados e superiores/inferiores, produzindo

hierarquias e classificações que servem aos interesses das forças e das elites do poder” (Kellner.2001:83).

Influenciado pela corrente dos estudos culturais britânicos,¹¹ o norte-americano Douglas Kellner contempla, em seus estudos, variadas produções midiáticas. Seu principal objetivo é observar “tendências dominantes e de resistência, vislumbrar perspectivas históricas e também analisar a forma como os meios de comunicação agem com vistas a influenciar a identidade dos indivíduos receptores” (Cruz.2006:66).

Percebemos que a mídia consiste numa espécie de palco por onde desfilam as mais diversas forças da sociedade. Neste sentido, os meios de comunicação reproduzem os embates entre os setores hegemônicos e contra-hegemônicos¹² – ou de resistência. Assim, o autor atenta para o fato de que, ao estudarmos as produções midiáticas, devemos levar em conta o viés político.

Procurando estabelecer e verificar as ligações entre os atores envolvidos no campo social, Kellner se utiliza da articulação.¹³ Este conceito traduz, portanto, um ponto importante, ligado ao estudo do processo de organização e produção do discurso dos meios de comunicação em um determinado contexto. Conseqüentemente, permite visualizar as formas pelas quais as pessoas produzem cultura e, por outro lado, mostra como esta cultura pode ser decodificada pelos indivíduos.

Rüdiger (2002:216) salienta que essa proposta de Kellner implica refletir historicamente sobre a cultura de mercado em um contexto amplo (global) de sociedade, tendo como premissa o fato de que “essa cultura produz e reproduz em termos econômicos, técnicos e espirituais as categorias e contradições sociais dominantes”. Somente assim, através de um minucioso exercício de reconstrução histórica dos fatores em jogo, incluindo, aqui, as mais variadas forças sociais, será possível refletirmos, interpretarmos e explicarmos criticamente as questões relativas à cultura e, em especial, à cultura da mídia, seus desenvolvimentos e relações com o todo social.

2.1 Por uma abordagem político-crítica da mídia

Levando em conta a realidade exposta até aqui, nos estudos da mídia propostos por Kellner (2001), em uma determinada circunstância histórica, são investigadas a produção da cultura, sua distribuição, através de um meio técnico ou canal, a análise do texto e a recepção deste pelos públicos, também dentro de um contexto (lugar de enunciação), sem perder de vista – é importante salientar – os aspectos críticos e políticos.

A presente proposta – denominada pelo autor como uma teoria social crítica – implica privilegiar vários momentos de construção da cultura. Lançando mão de uma contextualização em nível sócio-histórico, conforme colocado anteriormente, propomos investigar de que forma a mídia produz a informação, o que pressupõe articulações de cunho interno e externo, regras, aspectos técnicos e visões de mundo. Respeitando determinadas regras, portanto, um texto será constituído dentro de um gênero como o telejornalístico, por exemplo, o que implica a noção do gênero jornalismo de televisão. Assim, esse produto chegará depois ao âmbito da recepção, e terá, por conseguinte, os mais diversos desdobramentos (usos), levando em conta também o contexto particular do receptor.

Olhando de forma mais detalhada para as questões relacionadas à produção e ao processo de recepção, portanto, devemos atentar para as relações de poder envolvidas tanto em nível micro (mais restrito, ligado aos ambientes de produção e recepção) quanto em nível macro (referente à própria estrutura social) em um contexto histórico (Lopes et al. 2002). Neste sentido, no que tange ao processo de recepção das informações, Martín-Barbero (1997) chama atenção para os contextos de fala dos receptores. Portanto, torna-se importante averiguar em que condições as produções de sentido estão sendo constituídas. Essas “posições de enunciação” (Hall. 1996:68) são individuais e baseiam-se em um contexto particular e, ao mesmo tempo, público, ou seja, referem-se à identidade cultural¹⁴ de cada um, a qual – vale ressaltar – consiste em um processo histórico, sempre em construção, pois interage o tempo todo com o campo social.

Esse contexto das condições de produção de sentido, apresentado anteriormente, consiste nas mediações, que significam as mais variadas formas culturais através das quais os públicos receptores apropriam-se das mensagens e constituem sentido. Portanto, o deslocamento dos meios para os atores sociais dentro de cenários específicos estabelecidos, constitui a complexa questão das mediações. Resumindo, estudar a cultura da mídia também implica a realização de uma investigação que desloque a ênfase dos meios para as mediações, promovendo uma integração entre produção, texto e recepção.

Kellner salienta, ainda, que os textos produzidos pelos meios de comunicação não devem ser encarados simplesmente como divulgadores da ideologia dominante, tampouco entretenimento puro e inofensivo. Muito pelo contrário, consistem em produções complexas, que envolvem “discursos sociais e políticos cuja análise e interpretação exigem métodos de leitura e crítica capazes de articular sua inserção na economia política, nas relações sociais e no meio político em que são criados, veiculados e recebidos” (2001:13).

Dessa forma, percebemos a importância dispensada à mediação e à contextualização dos fatos em uma atividade de investigação crítica histórica dialética, o que facilita o entendimento de seus desdobramentos, pois este método tenta descobrir os “comos” e os “porquês” e não somente o “o que” (senso comum). Isto significa levar em consideração também as relações de poder que permeiam a realidade social.

Sob esse viés, ao estudar os textos culturais midiáticos pelo prisma das relações entre ideologias, movimentos sociais e o contexto que os envolvem, inspirado pelo sociólogo Robert Wuthnow, Kellner (2001) lança mão de três categorias, a saber: horizonte social, campo discursivo e ação figural.

O horizonte social diz respeito às múltiplas relações, às práticas e experiências que se desenvolvem dentro do campo social, e que acabam, desta forma, por contextualizar o local, a época e o cenário de lutas políticas, econômicas, culturais etc., em que é feita a produção da cultura por intermédio dos meios de comunicação.

O campo discursivo contempla as mediações, onde se fazem presentes todos os elementos (hegemônicos e contra-hegemônicos, superiores e inferiores) envolvidos no discurso dos meios de comunicação. É justamente nessa categoria que os gêneros midiáticos, tais como o telejornalismo, por exemplo, fazem-se presentes. Já a ação figural implica mostrar os desdobramentos sociais de acordo com o contexto dos agentes envolvidos, expondo, assim, os reflexos da cultura da mídia na sociedade.

Outra categoria importante é o impacto cumulativo. De acordo com interesses particulares, determinada estrutura, seja esta uma pessoa, um partido político, um movimento social, uma empresa etc., pode ser denegrada ou favorecida pela mídia, quando esta promove constantemente imagens e discursos com a intenção de afetar a concepção das pessoas. Essas “imagens ressonantes” vão ao encontro das mentes receptoras objetivando o fortalecimento de concepções favoráveis, ou não, a respeito dos elementos envolvidos.

Sendo ativo¹⁵ e dono de uma cultura particular, durante o movimento de socialidade de Martín-Barbero (1997), onde há interação com o âmbito social, o receptor, em seu cotidiano, estabelece uma ritualidade e interage com os meios de comunicação produzindo códigos culturais:¹⁶ a reprodução, em que aceita tudo o que recebe, o que o constitui em uma espécie de cúmplice do pensar hegemônico; a negociação, quando assimila algumas partes daquilo a que está exposto e outras não; e a resistência, processo em que não há aceite de propostas de sentido oriundas da mídia, o que acarreta uma construção alternativa ou contraproposta. Para Orozco Gómez, a possibilidade reinante no cenário de recepção dos meios é a negociação.¹⁷

3. Análises

Segundo Kellner (2001:55), “o foco dos estudos culturais britânicos em qualquer momento foi mediado pelas lutas da conjuntura política da época (...)”. A partir desta abordagem, procuramos analisar produções e instituições midiáticas dentro de um determinado contexto. E qual é este contexto? Para responder essa questão, julgamos necessário tecer um esclarecimento prévio: se ler política e criticamente as produções midiáticas significa, dentre outros fatores, identificar os elementos contidos nos

discursos da mídia que os associam aos grupos dominantes, salientamos, então, que tal procedimento exige **realmente**¹⁸ que situemos a mídia dentro de um contexto particular, digo político.

Podemos dizer que, em tempos de globalização, vivenciamos um horizonte social em que a lógica é o consumo. Esta, por consequência, objetiva o lucro. No campo discursivo, temos os atores envolvidos, ou seja, todos os elementos que compõem as mediações. No caso específico desta investigação, temos, geralmente, a presença de forças hegemônicas como, por exemplo, o Estado e a justiça de um lado, e, do outro, as forças contra-hegemônicas, como o MST. Além desses agentes, temos dentro desse espectro de variáveis a própria mídia, seus gêneros, seu aparato técnico, suas regras internas, suas rotinas de produção, os contextos particular e institucional dos produtores da informação, seus discursos etc., além, é claro, da própria sociedade civil, através dos seus receptores/consumidores e respectivos lugares de fala.

De posse do horizonte social e do campo discursivo, Bucci (2004:138-139) nos ajuda a começar a entender os desdobramentos (ação figural):

“depois da confusão (entre jornalismo e entretenimento) vem a fusão. Fusão de capital. De vinte anos para cá, as empresas jornalísticas foram engolidas ou se fundiram com as empresas dedicadas até então ao entretenimento. A tendência global se realizou com tal velocidade que não pode mais ser vista como um deslocamento isolado de algumas corporações, mas constitui, claramente, uma alteração estrutural do capitalismo: o negócio do jornalismo fundiu-se com o negócio do entretenimento; o capital jornalístico diluiu-se num outro”.

Em um cenário em que a qualidade da informação é, muitas vezes, inversamente proporcional ao índice de audiência, o racional é, portanto, superado, com certa frequência, pelo espetáculo, pelo conflito, pelo medo e a fantasia das imagens. Através da mídia, vislumbra-se uma realidade na qual o discurso noticioso é substituído por um tipo de “discurso publicitário”, homogeneizador de identidades,¹⁹ estereotipado e mercadológico, a-histórico e sem aprofundamento; por isso mesmo, é desprovido de reflexão, ou seja, os meios ficam impossibilitados de justificar os fins.²⁰

Ocorre, portanto, a primazia do “o que” sobre o “como” e o “por que”, o que traduz um “discurso carente”, superficial, e, muitas, vezes, “unilateral”, que fere a ética jornalística, pois não ouve todos os lados envolvidos em determinada questão.

Reforçando esse argumento, em pesquisa anterior (Cruz.2006), observamos que o processo de enfraquecimento do MST é legitimado também pela constatação da ausência desses “comos” e “porquês” em determinados momentos da cobertura da mídia. Neste sentido, Kellner (2001:149) salienta que “se deve prestar atenção ao que fica fora dos textos ideológicos, pois freqüentemente são as exclusões e os silêncios que revelam o projeto ideológico do texto”. A descontextualização dos fenômenos estabelece, assim, a noção do inexplicável e sem sentido no imaginário social. Nesse sentido, Lage (1998: 308) sustenta a hipótese de que “fatos que contrariam versões dominantes, de interesse do sistema de poder, podem ser desqualificados como fenômenos inexplicáveis (...)”.

Vivenciamos, atualmente, a cultura do efêmero; o triunfo do descartável. São veiculadas informações superficiais, com carência de substancialidade nos noticiários televisivos. Nas notícias de variedades e nos *talk shows*, contemplamos o apogeu das fofocas e demais atrocidades midiáticas; nos programas de cunho investigativo, que buscam única e exclusivamente a audiência sob o véu falacioso da justiça, do ajudar pessoas, assistimos à banalização da violência. É neste cenário, portanto, que os meios de comunicação fomentam o pensamento rápido e miserável, pobre e acrítico.

Trazendo essa discussão para o âmbito da televisão, Orozco Gómez (1996:25) é enfático ao salientar que

“(...) o reducionismo informativo da TV não está só na inclusão de cada vez menos notícias e fontes noticiosas, mas na crescente exclusão da maioria dos contextos das notícias, que em todo caso poderiam permitir obter uma melhor apreciação da informação transmitida. O imediatismo e a instantaneidade próprios do meio televisivo, além de veicular a descontextualização das notícias, possibilitam sua desistorização. Para a imagem do que acontece no mundo só parece haver um tempo, o presente. Isto se manifesta especialmente no gênero noticioso, dado que os tempos definem em grande medida o que é e o que não é notícia. Incluindo, o que já não é presente deixa de ser notícia ainda que siga sendo relevante para entender o futuro”.

No atual estágio da globalização, a mídia respira sob a égide do consumo. Assim, com o objetivo de manter o *status quo*, o que, é claro, reforça a ideologia das forças hegemônicas, os meios de comunicação lançam mão de várias formas de “violência midiática”, as quais acarretam um pensar fragmentado, volátil, em perfeita sintonia com os interesses particulares dos produtores de informação.

Não são raras as vezes em que esses produtores de informação jornalística divulgam determinado fato, mas, no entanto, direcionam o enfoque da notícia segundo interesses particulares. Quando esta ação ocorre, estabelecem a ideologia das classes dominantes através do poder simbólico. Por mais paradoxal que possa parecer, ao noticiar conflitos sociais entre grupos divergentes, estes profissionais podem vir a promover a aparição de movimentos de resistência à ordem vigente.²¹

Também é possível constatar que, ao servir de palco para os embates da atualidade, a mídia resulta, assim, no braço mais poderoso da cultura. Geralmente inerente ao poder, conforme ilustrado no parágrafo anterior, ela (a mídia) consiste, portanto, no centro dos acontecimentos do mundo contemporâneo ao passo em que age como uma autêntica promotora da ideologia das chamadas classes mais favorecidas da sociedade.

Essa observação provoca outra constatação: a cultura da mídia age em dois sentidos: estimula a dominação social lançando mão, por vezes, de técnicas que visam a banalização de certos temas e setores da sociedade, enfraquecendo-os, ao mesmo tempo em que pode incentivar a resistência e a luta contra as classes dominantes ao utilizar uma linguagem mais isenta, menos comprometida com o poder.

“A cultura da mídia pode constituir um entrave para a democracia quando reproduz discursos reacionários, promovendo o racismo, o preconceito de sexo, idade, classe e outros, mas também pode propiciar o avanço dos interesses dos grupos oprimidos quando ataca coisas como as formas de segregação racial ou sexual, ou quando, pelo menos, as enfraquece com representações mais positivas de raça e sexo” (Kellner. 2001:13).

Ora conservadora, ora progressista, a mídia consiste, assim, em um amontoado de contradições. No Brasil, por exemplo, a maior emissora de comunicação do País – a Rede Globo – não foge à regra:

“A Globo organiza a democracia no Brasil? Sim, sem dúvida. Em oposição a isso, ela corrompe a democracia, ao deformar com seu espetáculo a natureza dos processos decisórios? A resposta também é sim. Ela combate os esquemas de coronelismos regionais? Sim. De outro lado, ela pode concorrer para bloquear o debate democrático? A resposta, de novo, é sim”. (Bucci.2004: 237-238).

Como foi visto antes, a cultura da mídia foi, há muito, englobada pelo mercado. Perante tal contexto, questões cruciais para o jornalismo – e de reconhecido interesse público – como as políticas sociais e organizações como o MST não se encaixam. Mas, por outro lado, a informação é um direito humano fundamental. É preciso democratizá-la e não tratá-la como simples mercadoria. Sobre essa discussão, cabe salientar, aqui, que não se trata de subestimar a inteligência do receptor, muito menos afirmar que as notícias transmitidas são consumidas uniforme e passivamente.

É evidente que o modo de absorção varia de pessoa para pessoa. Certamente, setores da sociedade e, mais especificamente, membros de organizações como o MST, por exemplo, resistem ao discurso da mídia tradicional. Cada indivíduo dispensa um valor simbólico específico, individual e particular, ao que recebe. A ideologia dominante tida como uma espécie de “cimento social”, produzida também pelos meios de comunicação (Thompson.1995), não é compartilhada aqui. O objeto, por si só, não mobiliza sentido. No entanto, não se deve superestimar a noção de receptor ativo. Tudo depende do contexto sócio-cultural de cada um.

Á GUIA DE CONCLUSÃO: a questão das políticas sociais, o MST e os desafios da mídia

Por que parte significativa dos meios de comunicação produz notícias da forma como produz? Devido às suas relações internas e também de acordo com o contexto sócio-histórico em que esta parcela está inserida. Para investigarmos esta realidade, devemos adotar uma postura dialética diante dos fatos, o que implica sempre estabelecer relações entre as partes envolvidas em um discurso. Resumindo: necessitamos ler os textos da mídia à luz do seu contexto.

Ao tentarmos realizar esse exercício, e também baseados em pesquisas anteriores, conforme já salientado, constatamos que, diante do atual cenário, a mídia desenvolve uma dupla função: colabora para a manutenção da ordem vigente ao mesmo tempo em que conquista, cada vez mais, índices elevados de audiência através da superficialidade, do entretenimento e do sensacionalismo.

Diante dessa realidade, percebemos que a questão das políticas sociais, por serem umas das carências dos governos, geralmente não são agendadas pelos produtores de informação. Outrossim, dentro do esquema atual do “entretenalismo midiático”, tal temática não interessa aos veículos de comunicação. Por outro lado, é evidente que, devido às suas características peculiares, de desafio à ideologia vigente, o MST também não é priorizado pela mídia. Na verdade, esse objeto aparece somente quando algo de espetacular acontece, como uma invasão, por exemplo, o que acaba ofuscando a questão de fundo: a reforma agrária e seus desmembramentos. Não obstante, ao juntarmos os dois pilares de nossa investigação, constatamos que as políticas sociais para o MST não interessam à mídia tradicional brasileira.

O jornalismo, na atualidade, tem pela frente uma grande responsabilidade: ser um dos porta-vozes de uma sociedade carente de igualdade, o que implica, dentre outros fatores, a valorização e a conseqüente divulgação dos direitos humanos. Despida do velho jogo de interesses, a prática jornalística terá o dever de priorizar pautas que verdadeiramente contribuam para o desenvolvimento da sociedade e seus atores.

Informar de maneira ética, ainda que este termo pareça um corpo cada vez mais estranho na realidade, é dever de todo e qualquer profissional da comunicação. Questionar, estimular o senso crítico das pessoas, ouvir todos os lados de uma questão são tarefas que compõem o departamento do informar com lisura. Sonho? Talvez. Principalmente, se levarmos em conta que, atualmente, omitir, silenciar e/ou descontextualizar fazem parte do contexto. Entretanto, como diria Michel Serres, sem utopia, não há progresso.

Bibliografía

Adelantado, J., Noguera, J.A., y Rambla, X. “El marco de análisis: Las relaciones complejas entre estructura social y políticas sociales. En Adelantado, J. (Ed.). (2000). *Cambios en el Estado del Bienestar*. Políticas sociales y desigualdades en España. (pp. 23-61) Barcelona, España: Icària-UAB.

Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar.

Behring, E. R. (2006). *Política social: fundamentos e historia*. São Paulo, Brasil: Cortez.

- Bucci, E.; Kehl, M. R. (2004). *Videologias*. São Paulo, Brasil: Boitempo.
- Cruz, F. S. da (2006). *A cultura da mídia no Rio Grande do Sul: o caso MST e Jornal do Almoço. Pelotas*. Brasil: EDUCAT.
- De Souza, M. “Recepção e Comunicação: a busca do sujeito”. En M. W. de Souza, M (Ed.). (1995). *Sujeito, o Lado Oculto do Receptor*. São Paulo, Brasil: Brasiliense, pp.13-38.
- Demo, P. (1993). *Participação é Conquista: noções de política social participativa*. São Paulo, Brasil: Cortez.
- Duarte, J. B. (1996). *100 Anos de Política Brasileira e a Influência exercida pelas Lideranças do Rio Grande do Sul no Século XX*. Pelotas, Brasil: Ed. Universitária/UFPel.
- Gomes, I. “Noção de Gênero Televisivo como Estratégia de Interação”. *Revista Fronteiras – Estudos midiáticos*, 2002, 4 (3), 165-185.
- Grossberg, L.; Nelson, C.; Treichler, P. A. “Estudos Culturais: uma introdução”. En da SILVA, T. (Ed.). (1995). *Alienígenas na sala de aula – Uma introdução aos estudos culturais em educação* Petrópolis, Brasil: Vozes. pp. 07-38.
- Habermas, J. (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Brasil: Tempo Brasileiro.
- Hall, S. (1996). Identidade Cultural e Diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 24 (2), 68-76.
- HALL, S. “A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”. *Educação & Realidade*. 1997. 22 (2), 15-46.
----- “Quem precisa de identidade?” En da Silva, T. (Ed.). (1997). *Entidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* . Petrópolis, Brasil: Vozes. pp. 103-133.
- Harvey, D. (1992). *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Brasil: Loyola.
- Iamamoto, M. “A questão social no capitalismo”. *Temporalis*.2001 2 (3), 9-31.
- Ianni, O. (1995). *A Sociedade global*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- Ianni, O. (1997). *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- Kellner, D. (2001). *A Cultura da Mídia*. São Paulo, Brasil: EDUSC.
- Lage, N. (1998). *Controle da Opinião Pública: um ensaio sobre a verdade conveniente*. Petrópolis, Brasil: Rio de Janeiro.
- Lopes, M; Borelli, S; Resende, V. da R. (2002). *Vivendo com a Telenovela: mediações*,

recepção, teleficcionalidade. São Paulo, Brasil: Summus.

Martín-Barbero, J. “América Latina e os Anos Recentes: o estudo da recepção em comunicação social”. En De Souza, M. (Ed.) (1995). *Sujeito, o Lado Oculto do Receptor*. São Paulo, Brasil: Brasiliense, pp. 39-68.

----- (1997). *Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Brasil: UFRJ.

Morissawa, M. (2001). *A História da luta pela Terra e o MST*. São Paulo, Brasil: Expressão Popular.

Orozco, G. (1990). *Televisión y Producción de Significados: tres ensayos*. México: U. de Guadalajara.

----- “La TV a fin de milenio: un medio poderoso, cuyo límite es la audiencia”. En Orozco, G. (Ed.). (1990) *Miradas Latinoamericanas a la Televisión*, México: Iberoamericana, pp. 17-32.

Rüdiger, F. (2001). *Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade*. Fundamentos da crítica à indústria cultural em Adorno. Porto Alegre, Brasil: EDIPUCRS.

Rüdiger, F. (2002). *Ciência Social Crítica e Pesquisa em Comunicação: Trajetória histórica e elementos de epistemologia*. Porto Alegre, Brasil: E@.

Thompson, J. (1995). *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis, Brasil: Vozes.

Yazbek, M. “Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil”. *Temporalis* 2001, 2 (3), 33-4

¹ Doutor em Comunicação Social (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS – Brasil). Docente do mestrado em Política Social da UCPel (Universidade Católica de Pelotas – Brasil) e do curso de graduação em Jornalismo da mesma instituição. e-mail: fabiosouzadacruz@gmail.com.

² Mestrando em Política Social (Universidade Católica de Pelotas – UCPel – Brasil). Bacharel em Jornalismo (Universidade Católica de Pelotas – UCPel – Brasil). e-mail: rafvarela@gmail.com.

³ Foi durante a segunda metade das décadas de 1980 e 1990, que o MST obteve o maior número de assentamentos. No entanto, de acordo com Morrisawa (2001:108), “em 1989, fim do mandato de José Sarney, haviam sido assentadas apenas 82690 famílias (...)”.

⁴ No seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso fixou uma meta de 280 mil famílias assentadas. Entretanto, de acordo com Morrisawa, “contra as ocupações de latifúndios pelos sem-terra do MST e outras organizações congêneres, FHC bradava ter feito a maior reforma agrária do Brasil. De fato, foram assentadas 264.625 famílias, 70% delas no Norte e no Nordeste. Ele só não contou para os brasileiros que, em somente dois anos de seu primeiro mandato (1995-1996), 450 mil famílias de pequenos proprietários rurais perderam suas terras para os bancos” (2001:112).

⁵ Segundo Behring e Boschetti (2006:79), “se a política social tem relação com a luta de classes, e considerando que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social”.

⁶ Ancorada pelas novas tecnologias da informação, a mídia serve de mediadora a questões ligadas ao social, ao econômico, ao industrial, ao político, ao meio ambiente, ao lazer e a cultura. Indo nesta direção, a compressão espaço-tempo, por exemplo, provoca uma inclinação à “homogeneização cultural”, cuja tendência é a de unificação do mundo, não somente nos níveis espacial e temporal, mas também no que tange aos aspectos culturais (Hall.1997).

⁷ Grupo de pensadores alemães que muito influenciou os estudos comunicacionais em nível mundial. A partir da Escola de Frankfurt, foi cunhado o termo “indústria cultural”.

⁸ Informação sensacionalista. Os “casos do dia” ou “fatos diversos” refletem o capitalismo contemporâneo que, através dos seus significados e métodos, relega os indivíduos à passividade e à manipulação ao mesmo tempo em que obscurece a natureza e os efeitos do poder vigente.

⁹ De acordo com Gomes (2002:85), os gêneros consistem em “tipos de programas reconhecidos pela audiência e que se reúnem por convenções e regras próprias de modo a se configurar como estratégia de comunicabilidade”. Através deles, é possível identificarmos o tipo de produção feita pelos meios de comunicação. Servindo de elo entre o texto e o receptor, o gênero telejornalismo, por exemplo, é reconhecido justamente por apresentar características específicas do jornalismo televisivo. Através deste, os textos terão tipos e formatos delimitados, os quais já são esperados pelo receptor.

¹⁰ Inerente a essa discussão, Thompson (1995) faz menção ao conceito de ideologia, articulando-o às formas como o sentido (significado) serve para estabelecer e sustentar relações (assimétricas) de poder em contextos específicos.

¹¹ Esta perspectiva interdisciplinar, transdisciplinar e “algumas vezes contra-disciplinar” (Grossberg et al. 1995:13), surge no final dos anos de 1950. Influenciados pelo estruturalismo e a semiologia materialista, os estudos culturais nasceram ligados à Universidade de Birmingham, na Inglaterra, através do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (CCCS), fundado oficialmente em 1964, por Richard Hoggart, seu primeiro diretor. Junto a Hoggart, Raymond Williams e Edward Palmer Thompson completam o trio que formou os Estudos Culturais. Vale salientar também o papel do jamaicano Stuart Hall, considerado um dos principais nomes dessa corrente.

¹² Fica clara, aqui, a influência da teoria gramsciana da hegemonia, a qual que prega ser a cultura um autêntico campo de lutas entre diferentes forças. Esta abordagem pressupõe dominação e resistência dos sujeitos sociais em um mesmo sistema. Segundo Souza (1995:26), “a teoria da hegemonia não elimina a prioridade da análise dos conflitos sociais e psicossociais, mas destaca os interlocutores do processo de negociação política no interior das classes sociais, identifica os espaços dessa negociação e, dessa forma, atualiza a análise das modernas interações entre infra-estrutura econômica e superestrutura política, redirecionando a relação entre ideologia e cultura”.

¹³ O pensar crítico resulta em investigar a cultura moderna considerando os aspectos históricos, “suas estruturas constitutivas e principais formas de conduta, sublinhando criticamente as conexões entre relações de poder e discursos com pretensão de verdade” (Rüdiger.2001:13).

¹⁴ Na concepção de Orozco Gómez, a identidade particular de cada um se forma através de cenários (mediações) como a família, a escola, o grupo de amigos, o bairro, o trabalho, a cidade, os meios de comunicação e a disposição dos indivíduos frente a estes, o nível de instrução, sexo, idade, etnia, religião, salário, classe social, ideologia etc.

¹⁵ Cabe esclarecer, aqui, que reconhecemos o potencial do receptor no processo de interação com os meios, porém, não superestimamos esse potencial.

¹⁶ Segundo Gomes (2002.171), “à enorme variedade de contextos sociais e culturais equivale uma multiplicidade de leituras possíveis”.

¹⁷ Esta categorização do sujeito receptor assemelha-se muito àquela desenvolvida por Hall (2003). No entanto, ao invés de “reprodutor”, Hall utiliza “dominante”; no lugar de resistência, o autor usa o termo “oposição”. Já o termo “negociação” é trabalhado por ambos. As informações de Orozco Gómez foram obtidas durante seminário ministrado pelo autor em Porto Alegre, Brasil, no ano de 2003, intitulado “Tel-E-Vidências – Metodologias qualitativas de investigação em comunicação, audiências e meios audiovisuais”.

¹⁸ Grifo nosso.

¹⁹ Para Hall (2000:109): “é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”.

²⁰ Este tópico remete à uma frase de Habermas, quando este aborda a questão do declínio da esfera pública burguesa afirmando que “o jornalismo crítico é suprimido pelo manipulativo” (1984:210).

²¹ Em “A Cultura da Mídia”, Kellner destaca os filmes “Rambo” e “Top Gun”, entre outros, como agentes de promoção da ordem vigente; por outro lado, há produções que estimulam a resistência, tais como os filmes do diretor negro Spike Lee, o *Rap* e o *movie* “Platoon”, de Oliver Stone. O autor atenta também para o fato de que os EUA são mostrados, em várias produções, como os bons e, no sentido contrário, os comunistas ou os iraquianos, por exemplo, representam o mal. Segundo Kellner, isso inclusive levaria a uma legitimação da violência em prol do bem-estar dos norte-americanos.